

I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã

#SOU biblioteca
ESCOLAR

Organização

Ana Cláudia Martins

Produção de conteúdo

Ana Cláudia Martins

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Marcos Antonio de Araújo

Rogério Xavier Neves

Valéria Valls

Revisão

Andréia Lucia Rodrigues de Sá

Guilherme Belíssimo

Marta Lima

Assessoria de Imprensa

Cristina Aguilera - Mídia Brasil Comunicação Integrada LTDA

Editoração e Design

Edson Feitosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Dina Elisabete Uliana, CRB-8/3760

F851 Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para a formação cidadã (1: 2023: São Paulo, SP) [recurso eletrônico] / organizado por Ana Cláudia Martins; textos de Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, Marcos Antonio de Araújo, Rogério Xavier Neves, Valéria Valls. – São Paulo: CRB-8, 2024.

58 p. : il. color. ; 21 cm.

Evento realizado em: 9 de julho de 2023, no Centro Universitário Assunção (UniFAI); 15 de julho de 2023, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); 24 de julho de 2023, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP); e 1 de agosto de 2023, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

1. Biblioteca escolar – Brasil – Eventos 2. Bibliotecas – Educação para cidadania 3. Educação básica 4. Legislação 5. Política Pública I. Martins, Ana Cláudia, org. II. Santos, Cibele Araújo Camargo dos III. Araújo, Marcos Antonio de IV. Neves, Rogério Xavier V. Valls, Valéria VI. Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, 8ª Região – CRB-8

CDD 027.80981

ISBN: 978-85-99181-02-7



Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, 8ª Região - CRB-8

20ª GESTÃO (2021/2023)

DIRETORIA

Presidenta: Ana Cláudia Martins – CRB-8/8246

Vice-Presidenta: Regina dos Anjos Fazioli – CRB-8/2491

Diretor Técnico: Guilherme Belíssimo – CRB-8/7279

Diretora Administrativa: Andreia Lucia Rodrigues de Sá – CRB-8/6939

Diretora Financeira: Dina Elisabete Uliana – CRB-8/3760

CONSELHEIRAS(OS)

Jorge Eduardo de Almeida Pereira dos Santos – CRB-8/8753

Kátia Cristina da Mata – CRB-8/9188 (coordenadora)

Lourival Lopes Cancela – CRB-8/9446

Marciana Leite Ribeiro – CRB-8/1882 (coordenadora)

Marcos Antônio de Araújo – CRB-8/8449 (coordenador)

Maria Ionara Lourenço da Silva – CRB-8/9946 (coordenadora)

Natanael Benedito Amaro – CRB-8/7477

Priscylla da Silva Quadros Fernandes – CRB-8/9184

Roberta Amaral Sertório Gravina – CRB-8/9167 (presidente)

Rodrigo Moreira Garcia – CRB-8/7584

Simone Aparecida de Oliveira Bello Gimenez – CRB-8/66058

COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLAS E PÚBLICAS (CBEP)

Marcos Antônio de Araújo – CRB-8/8449 (coordenador)

Kátia Cristina da Mata – CRB-8/9188

Lourival Lopes Cancela – CRB-8/9446

Priscylla da Silva Quadros Fernandes – CRB-8/9184

SUMÁRIO

1. PALAVRA DA PRESIDENTA

4

2. APRESENTAÇÃO

6

3. LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

7

3.1 Lei nº 4.084/62 - Regulamenta a Profissão da(o) Bibliotecária(o)

7

3.2 Lei 12.244/10 - Universalização das Bibliotecas Escolares

8

3.3 Lei 14.827/24 Sistema Naciobal de Bibliotecas Escolares (SNBE)

9

3.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

10

3.5 Projeto de Lei Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares
do Estadode São Paulo (SEBESP)

12

3.5.1 Justificativa

13

4. CAMPANHA #soubibliotecaescolar ESTADO DE SÃO PAULO

15

5. I FÓRUM DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

20

5.1 Bibliotecas escolares: resultado da pesquisa de mapeamento
das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo

21

5.2 Bibliotecas escolares: manifesto UNESCO

25

5.3 Bibliotecas escolares: humanidades digitais

34

5.4 Bibliotecas escolares: políticas públicas

39

5.5 LIVE

51

6. PANORAMA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES EM ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

52

6.1 Relatório com o resultado do mapeamento das bibliotecas escolares

52

6.2 Levantamento das bibliotecas nas escolas públicas no Brasil

54

6.3 Benefícios das bibliotecas escolares

55

7. CARTILHA BIBLIOTECA ESCOLAR

57

8. SAIU NA IMPRENSA

58

REFERÊNCIAS

60

1. PALAVRA DA PRESIDENTA

O Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região - CRB-8, junto com o Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB e os Conselhos Regionais - CRBs, lançaram a campanha #soubibliotecaescolar, no dia 03 de julho de 2022, durante a 26ª Bienal Internacional do Livro com o objetivo de sensibilizar o governo, com apoio da sociedade, para o cumprimento da Lei 12.244/10, Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino público e privado do Brasil.

Após um ano, e dando continuidade às ações desenvolvidas para a campanha #soubibliotecaescolar, o CRB-8 concebeu o “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã” que trouxe temas e dados para reflexão e construção de ações que contribuam para a implantação desses equipamentos tão importantes para toda sociedade.

Passados treze anos que a Lei foi sancionada, a realidade é que as escolas continuam desprovidas de bibliotecas, conforme aponta o resultado da pesquisa de Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo, realizada pela Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares do CRB-8, e lançada no Fórum.

A ausência de bibliotecas escolares agrava os indicadores de analfabetismo funcional, além do desempenho escolar, já que a leitura é fundamental para o acesso ao conhecimento. Diversas pesquisas apontam que as(os) estudantes brasileiras(os) estão abaixo do nível de aprendizagem considerado adequado em leitura. Não conseguem reconhecer a ideia principal em um texto, interpretá-lo ou relacioná-lo com conhecimentos próprios. A biblioteca é um instrumento essencial nesse sentido e traz grande impacto positivo na aprendizagem das(os) alunas(os), impulsionando, inclusive, a melhoria dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos municípios que apostam que a educação e a cultura são alguns dos principais legados de uma ad-



ANA CLÁUDIA MARTINS
Presidenta CRB-8

ministração. Para além dos muros da escola, a biblioteca escolar também atende à comunidade, ampliando sua função social. Sendo ela, muitas vezes, o único espaço de acesso cultural e de desenvolvimento crítico das comunidades.

A importância da biblioteca escolar já está comprovada por vários estudos e não é novidade. De acordo com a Lei, todas as escolas brasileiras deveriam dispor de bibliotecas. Mas então o que falta para que essa Lei seja implementada em todo o Brasil, oferecendo oportunidades para uma melhor educação e acesso à cultura?

A implantação das Bibliotecas Escolares pode contar com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, principal mecanismo de financiamento da educação básica pública, garantindo um patamar mínimo de investimento nas bibliotecas das escolas públicas.

No Senado Federal, a Comissão de Educação - CE aprovou, no dia 29 de agosto de 2023, o [PL 5656/2019](#) que define a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório, prevê seus objetivos e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Agora o Projeto de Lei tramita para aprovação no Congresso Nacional.

Como presidenta, conversei com muitas pessoas que atuam no poder público e ouvi, por várias vezes, o seguinte argumento: “a Lei não pegou”, e minha resposta sempre foi: “não existe Lei que não pegou, existe Lei que não é cumprida. Há algo de errado”.

Estamos agindo e construindo ações em prol da valorização das Bibliotecas Escolares e o cumprimento da Lei 12.244/10 por acreditarmos profundamente no poder transformador dos livros e das bibliotecas escolares e públicas na construção social, cultural, intelectual e de cidadania da população.

LIVROS E BIBLIOTECAS SALVAM.... isso eu tenho toda certeza!



2. APRESENTAÇÃO

O “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã” foi dividido em quatro painéis distribuídos em quatro dias, com os temas: Bibliotecas escolares: resultado da pesquisa de mapeamento das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo; Bibliotecas escolares: manifesto UNESCO; Bibliotecas escolares: humanidades digitais; e por fim, Bibliotecas escolares: políticas públicas.

Importante destacar que a realização do “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã” contou com a parceria entre o



CRB-8 e as escolas de Biblioteconomia da cidade de São Paulo. Para realização dos painéis contamos com a infraestrutura (auditórios e transmissão simultânea) do Centro Universitário Assunção - UNIFAI, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP. A professora Cibele Araújo Carmargo Marques dos Santos (Chefe do Departamento de Informação e Cultura da ECA/USP), o professor Rogério Xavier Neves (Coordenador do curso de Biblioteconomia da UNIFAI) e a professora Valéria Valls (Coordenadora do curso de

Biblioteconomia da FESPSP) foram as(o) mediadoras(dor) dos painéis. O último painel foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), contando com o apoio do mandato do deputado Carlos Gianazzi (PSol), e foi mediado pela Presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins. O CRB-8 obteve, também, o apoio do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB.

Todos os painéis estão disponíveis nos canais do [YouTube](#) e Facebook do CRB-8. Além do Fórum, essa publicação também aborda um ano de construção de ações em prol da campanha #soubibliotecaescolar, a legislação e a pesquisa inédita que mapeou a real situação das bibliotecas escolares no Estado de São Paulo.

3. LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

Ana Cláudia Martins (CRB-8)

No Brasil existem Leis Federais para educação básica, bibliotecas e para a profissão de bibliotecárias(os), que beneficiam toda população brasileira, e infelizmente não são cumpridas, passando despercebidas pelos poderes legislativo e executivo dos Municípios e dos Estados.

Neste capítulo será abordada a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que regulamenta a profissão da(o) bibliotecária(o), a Lei 12.244/10 de 25 de maio de 2010, Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares que determina que toda escola, tanto pública quanto privada, deve ter pelo menos uma biblioteca, e o diploma legal do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação



(FUNDEB), a Lei nº 14.113 de 2020, com alterações trazidas pelas Leis nº 14.276 de 2021 e 14.325 de 2022, que disciplina a forma de transferências de recursos financeiros para os Estados e Municípios, para subsidiar a educação básica, e

uma proposta de Lei para criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

3.1 Lei nº 4.084/62 Regulamenta a Profissão da(o) Bibliotecária(o)

Conforme a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que regulamenta a profissão da(o) bibliotecária(o), é necessário fazer o curso de Biblioteconomia e ter o diploma de bacharel na área.

Art. 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;

b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente. Parágrafo único. Não será permitido o exercício da profissão aos diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias etc (BRASIL, 1962).

Há profissões regulamentadas possuem Conselho Federal e os Conselhos Regionais que fiscalizam o exercício da profissão. A responsabilidade dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia é certificar se as bibliotecas são administradas, dirigidas e organizadas por profissionais bibliotecárias(os), portanto, para ser uma pessoa bibliotecária e exercer a profissão, além do diploma em Biblioteconomia é necessário ter o registro no Conselho de sua jurisdição.

Art. 8º A fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia, criados por esta Lei.

Art. 9º O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial (BRASIL, 1962).

Se tem hospital, tem que ter a(o) médica(o), se tem escritório jurídico, tem que ter a(o) advogada(o) e isso não é diferente para as bibliotecas.

**Bibliotecas
sem a (o)
bibliotecária(o)
NÃO É LEGAL!**

3.2 Lei 12.244/10 - Universalização das Bibliotecas Escolares

A Lei 12.244/10, dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares, determinando que toda escola, tanto pública quanto privada, de todos os sistemas de ensino do País deverão ter uma biblioteca. Esta Lei estabelece que as bibliotecas escolares devem possuir acervos adequados à quantidade de alunas(os) matriculadas(os), e estipula diretrizes para a gestão, preservação, organização e operação dessas bibliotecas.

O Artigo 3º dispõe que o prazo para implantação das bibliotecas é de dez anos. A Lei foi publicada no dia 25 de maio de 2010, já se passaram quatorze anos e o número de escolas sem bibliotecas continua grande.

O prazo para que a Lei fosse cumprida encerrou-se no ano de 2020, os Municípios e Estados que ainda não implantaram as bi-

escolares em todas as instituições de ensino do País;

- Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- Integrar todas as bibliotecas escolares do País na rede mundial de computadores e manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino;
- Favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas.

A Lei determina que o prazo para cumprimento da universalização das bibliotecas escolares será no ano de 2024, bem como assegura que deve ser respeitada a profissão de bibliotecária(o).

3.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), trata-se de um fundo que funciona de forma permanente para o financiamento da educação pública. Foi instituído por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

[...] é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação [...] (BRASIL, 2021).

Os recursos oriundos do FUNDEB são destinados/distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, os Municípios utilizam esses recursos na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio.

A Lei nº 14.113, de 2020, teve alterações trazidas pelas Leis nº 14.276 de 27 de dezembro de 2021, que regulamenta o FUNDEB e, a 14.325 de 12 de abril de 2022, que determina a forma de aperfeiçoar o complemento federal para Estados e Municípios, e estabelece critérios de ponderação entre as etapas e modalidades da educação básica, a transparência, a fiscalização exercida pelos conselhos de acompanhamento e controle social, conforme o artigo

212-A, Capítulo X, da Constituição Federal de 1988, tendo sido regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.656 de 22 de março de 2021.

Do montante do recurso financeiro enviado aos municípios, 70% (setenta por cento) foram destinados para folha de pagamento das(os) professoras(es). Em 2020, a Lei Nacional n.º 14.113/2020 ampliou o rol de profissionais da educação básica, para

que a remuneração seja paga com a parcela dos 70% do FUNDEB.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, no art. 70, I, inclui, como profissional da educação, todos os que militam na área, sejam os da atividade-fim ou da atividade-meio.

Art. 26. § 1º II – profissionais da educação básica: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica (BRASIL, 2020).

Partindo dessa definição a(o) profissional bibliotecária(o) está enquadrado no rol das(os) profissionais da educação básica como “função de suporte pedagógico direto à docência, orientação educacional, assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico”, com isso, o argumento de que existe verba para investir nessas(es) profissionais se fortalece ainda mais. Inexiste jurisprudência contrária a esta definição.

Embora se considere o FUNDEB como uma possível fonte de recursos para a construção e constituição de bibliotecas, é importante observar que há entendimentos dos Tribunais de Contas Estaduais que apontam para a impossibilidade de utilizar os 30% destinados a esse fim. Até o momento, não há uma jurisprudência consolidada sobre o assunto, o que torna



difícil afirmar com certeza a viabilidade do uso desse percentual para tais fins.

- ▶ <HTTPS://LINK.DEV/TCESPNOVOFUNDEB>
- ▶ <HTTPS://ACESSE.ONE/LEI12244>
- ▶ <HTTPS://ABRE.AI/CONSULTORPERFEITOFUN-DEB>
- ▶ <HTTPS://ABRE.AI/CONTITUICAOFEDERALEDU-CACAO>

3.5 Projeto de Lei Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo (SEBESP)

Dr. Max Oliveira e CRB-8

O Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo sugere a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo (SEBESP), conforme descreve minuta a seguir:

PROJETO DE LEI Nº XX/2024

Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo (SEBESP)

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO RESOLVE:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares

do Estado de São Paulo, com vistas a proporcionar à população bibliotecas escolares sistematicamente estruturadas e favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do Estado.

Art. 2º O Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo tem como objetivos principais:

I - incentivar a criação e a integração das bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino no Estado e municípios do Estado de São Paulo;

II - desenvolver programas de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, em conformidade com as necessidades locais;

III - propiciar às bibliotecas a expansão de suas atividades culturais;

IV – observar a obrigatoriedade de um acervo de livros de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado;

V - implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e de funcionamento, em conformidade com as necessidades locais;

VI - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos para o funcionamento adequado das bibliotecas em instituições de ensino do Estado de São Paulo;

VII - manter atualizado o cadastramento de

todas as bibliotecas escolares municipais e do Estado de São Paulo;

VIII - facilitar o acesso às informações de acordo com as necessidades da coletividade;

IX - fomentar nas bibliotecas escolares municipais e do Estado de São Paulo, condições de atendimento adequado aos estudantes e a comunidade local;

X - democratizar o acesso à informação, à leitura, à cultura e à educação;

XI - favorecer a ação de bibliotecas para que funcionem como agentes culturais em favor da leitura, do livro e do incremento da produção cultural da comunidade;

XII - firmar convênios com entidades culturais, visando o acesso aos livros e bibliotecas.

Art. 3º O Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares está ligado diretamente aos órgãos:

I - Secretaria do Governo do Estado de São Paulo;

II - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

III - Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares.

Art. 4º A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em conjunto com a Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, expedirá normas necessárias à operacionalização do Sistema, sempre em

conformidade com as Leis Federais.

Art. 5º O descumprimento do que dispõe a presente Lei implicará na imposição de multa administrativa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser paga no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. Aos valores das multas serão acrescidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação do INPC, até a data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 7º Esta lei entra em vigor após decorridos quatro anos de sua publicação oficial.

3.5.1 Justificativa

O objetivo desta proposta legislativa é estabelecer o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo. Nesse contexto, é importante ressaltar que um projeto de educação a longo prazo se traduz como um conceito de desenvolvimento humano. Essa formação é entendida como um processo de capacitação que resulta da criação independente de conhecimento, com o propósito de promover a democratização do saber e de pos-

sibilitar aos indivíduos a análise crítica da realidade por meio da leitura e do enriquecimento cultural.

Em outras palavras, a autonomia é alcançada por meio do pensamento crítico derivado da interpretação que as pessoas fazem do mundo ao seu redor, e essa interpretação deve ser apoiada pelo governo como parte do seu dever de fomentar o sistema educacional. A biblioteca desempenha um papel central na aprendizagem, atuando como um centro de recursos e tendo uma função educativa que visa desenvolver o potencial dos indivíduos, proporcionando pesquisa escolar e atividades intelectuais que capacitam os cidadãos a entender sua identidade no mundo em que vivem.

Além disso, as bibliotecas escolares têm um impacto positivo na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, ajudando as(os) estudantes a adquirir habilidades e competências que as(os) capacitam a decifrar o mundo por meio da leitura, mitigando, inclusive, o acesso das(os) jovens à criminalidade.

Ter uma biblioteca de qualidade no ambiente escolar não só beneficia o desempenho acadêmico das(os) alunas(os), mas também desempenha

um papel crucial em seu crescimento pessoal, cultural e social. Ela promove o gosto pela leitura, aprimora as habilidades de compreensão e vocabulário, fornece recursos que complementam o currículo escolar e estimula habilidades de pesquisa, organização e avaliação de fontes, que são essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, sendo um ambiente tranquilo para estudo, pesquisa e leitura, promovendo uma cultura de aprendizado.

É importante destacar que a Lei Federal 12.244/10 estabeleceu a obrigatoriedade de bibliotecas escolares com acervos adequados à quantidade de alunos matriculados, e também estabeleceu diretrizes para a gestão, preservação, organização e operação dessas bibliotecas. Isso reflete a ideia de que as bibliotecas são fundamentais para a formação dos indivíduos, que devem ter acesso a bibliotecas de qualidade, com coleções adequadas e profissionais qualificados.

Diante do exposto, devido à importância inegável deste Projeto de Lei, solicito a aprovação desta proposta pelos meus pares nesta Casa Legislativa.

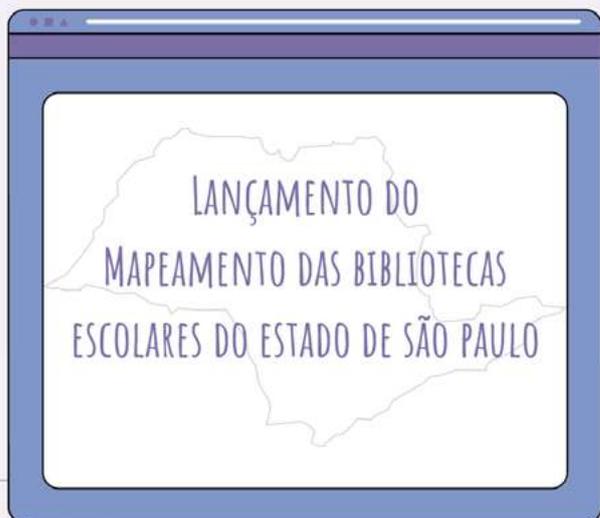
4. CAMPANHA #soubibliotecaescolar ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Cláudia Martins (CRB-8)

Desde o lançamento da Campanha #soubibliotecaescolar na 26ª Bienal Internacional do Livro no ano de 2022, o CRB-8 construiu um caminho, sem volta, com ações desenvolvidas em prol das Bibliotecas Escolares, ou seja, uma luta pela efetivação da Lei 12.244/10. Esse caminho está descrito na linha do tempo a seguir:



15.10.2021 - Diálogo CRB-8 e CRB-14: com intuito de realizar uma pesquisa para entender a situação atual das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo, o CRB-8 buscou iniciativas bem-sucedidas nessa área. Assim, descobriu que o Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de Santa Catarina (CRB-14), por meio de sua Comissão de Pesquisa de Bibliotecas Escolares, havia realizado essa pesquisa no Estado de Santa Catarina. Conselheiras(os) do CRB-8 se reuniram com Conselheiras(os) do CRB-14 para entender a metodologia de pesquisa desenvolvida e aplicada, que, a seguir, foi adotada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, 8ª Região.



#SOU**biblioteca**
ESCOLAR



07.02.2022 - Início da pesquisa:

a Comissão Temporária de Biblioteca Escolar do CRB-8 iniciou a pesquisa para mapear e entender a real situação das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo. Foram enviados questionários para escolas de cidades, acima de cinco mil habitantes e com mais de 400 (quatrocentos) alunos(as). Entre as questões propostas estavam desde a situação das bibliotecas escolares/salas de leitura em relação ao espaço, funcionamento e organização e, se contavam com profissional bibliotecária(o), ou outro, desempenhando as atividades.

03.03.2022 - Diálogo CRB-8 e CFB:

para ampliar a discussão, em busca de estratégias para a efetivação da Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei 12244/10), o CRB-8 convidou o sistema CFB/CRBs para participar da 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo e lançar uma campanha em prol das bibliotecas escolares.



03.07.2022 - 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, lançamento da campanha #soubibliotecaescolar:

o Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo (CRB-8), em parceria com o Conselho Federal e Conselhos Regionais (CFB/CRBs), lançaram a Campanha Nacional #soubibliotecaescolar no principal evento literário da América Latina, a 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. O CRB-8 apresentou dados preliminares da pesquisa sobre as bibliotecas escolares do Estado de São Paulo que foram apresentados pelo bibliotecário Marcos Antônio Araújo, Diretor Administrativo e Coordenador

da Comissão Temporária de Biblioteca Escolar. O evento contou com a participação de expoentes da política de diversos partidos, das artes, do social, entidades da área e faculdades de Biblioteconomia.



05.09.2022 - Término da pesquisa: a Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares recebeu as pesquisas das últimas regiões administrativas e se prepara para realizar a tabulação e análise dos dados para criar o relatório técnico.

12.09.2022 - Audiência Pública, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, Lei 12.244/10: para que as informações da pesquisa realizada sobre as bibliotecas escolares sensibilizem cada vez mais as diferentes esferas governamentais, também foram apresentados dados

prévios da pesquisa na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), durante a Audiência Pública para debater o tema



biblioteca escolar, protocolada pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSol).

28.11.2022 - Audiência Pública, Câmara Federal em Brasília, Lei 12.244/10: a presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, participou da Audiência Pública na Câmara dos Deputados em Brasília, protocolada pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSol-RS), para debater a Lei 12.444/10, que trata da universalização das Bibliotecas Escolares. A presidenta falou sobre a





AUDIÊNCIA PÚBLICA

DEBATE A RESPEITO DO TEMA BIBLIOTECA ESCOLAR



AUDIÊNCIA - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5. I FÓRUM DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Fórum de Bibliotecas Escolares foi idealizado pelo CRB-8, e teve sua primeira edição entre o período de 09 de agosto a 01 de setembro de 2023.

Com abrangência múltipla, participação da classe bibliotecária e escolas de Biblioteconomia, o evento foi um verdadeiro sucesso e teve resultados acima das expectativas, tendo amplo destaque na mídia e repercussão política, que culminou inclusive, com o recebimento de uma [Moção de Aplausos da Câmara Municipal de Piracicaba](#).

O presente capítulo descreve os painéis realizados durante o Fórum, objetivando o registro tão importante do diálogo e das reflexões desenvolvidas sobre os temas:

O cartão de programação do I Fórum de Bibliotecas Escolares apresenta o título principal e o subtítulo 'Construção de Políticas Públicas para Formação Cidadã'. Ele é dividido em duas colunas de programação, cada uma com um fundo colorido (roxo e laranja). A primeira coluna contém os eventos de 09/08 e 24/08, e a segunda coluna contém os eventos de 15/08 e 01/09. Abaixo da programação, há uma seção de logos para a realização (CRB8) e apoio (CGA, USSP, UNIFAI, FESPSP) do evento. Na base do cartão, há uma ilustração de um homem com bigode e óculos, e o hashtag #SOUbibliotecaESCOLAR.

PAINEL 1: BIBLIOTECAS ESCOLARES: RESULTADO DA PESQUISA DE MAPEAMENTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO;

PAINEL 2: BIBLIOTECAS ESCOLARES: MANIFESTO UNESCO;

PAINEL 3: BIBLIOTECAS ESCOLARES: HUMANIDADES DIGITAIS;

PAINEL 4: BIBLIOTECAS ESCOLARES: POLÍTICAS PÚBLICAS;

LIVE: SOBRE OS PAINÉIS REALIZADOS NO I FÓRUM DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO CIDADÃ.

5.1 Bibliotecas escolares: resultado da pesquisa de mapeamento das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo

Rogério Xavier Neves
(UNIFAI)



PAINEL 1

DATA: 09.08.2023 das 19h30 às 22h

LOCAL: Centro Universitário Assunção - UNIFAI

PALESTRANTES: Marcos Antonio de Araújo (Coordenador Comissão de Bibliotecas Públicas, CRB-8), Maria Lourdes Blatt Ohira (Coordenadora Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas, CFB) e Orestes Trevisol Neto (Presidente CRB-14)

ABERTURA: Ana Cláudia Martins (Presidenta CRB-8)

MEDIADOR: Rogério Xavier Neves (Coordenador do curso de Biblioteconomia UNIFAI)

LINK: <https://abre.ai/forumbibliotecasescolarespainel1>

No painel de abertura deste Fórum com tema “Bibliotecas escolares: mapeamento da situação das bibliotecas escolares do Estado de São Paulo”, o Diretor Administrativo e Coordenador da Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares do CRB-8, Marcos Antonio de Araújo, apresentou o resultado da pesquisa inédita realizada aqui no nosso Estado, que iniciou no ano de 2021. O evento, também contou com a participação de Orestes Trevisol Neto, Presidente do CRB-14 do Estado de Santa Catarina e Maria de Lourdes Blatt Ohira, Conselhei-

ra Federal e Coordenadora da Comissão de Bibliotecas Escolares que foram idealizadores do mapeamento das bibliotecas escolares em seu estado e, compartilharam a experiência da metodologia catarinense. O evento foi transmitido no canal do YouTube e Facebook do CRB-8 e da UNIFAI.

Os resultados dessa pesquisa tiveram como metodologia, questões encaminhadas a diretoras(es) de escolas públicas do estado de São Paulo que tivessem mais de 400 alunas(os) de cidades acima de 5.000 habitantes.



Foram recebidas 583 (quinhentas e oitenta e três) respostas de Diretoras(es) de escolas estaduais e municipais e trouxe o cenário de como estão estruturadas as bibliotecas paulistas nessas escolas.

Como citado no relatório é tendência da existência, quase absoluta, da presença de salas de leituras, sob a responsabilidade de outro profissional, no Estado mais rico do Brasil. O número de bibliotecas escolares com a presença da(o) profissional bibliotecária(o) é bastante reduzido, pois apenas 7% (sete por cento) do total possui esse profissional. Percebe-se que a Lei 12.244/10, que trata da universalização de bibliotecas escolares, não está sendo cumprida no Estado de São Paulo.

O evento contou com a presença das(os) professoras(res) do Curso de Biblioteconomia do UNIFAI, bem como as(os) alunas(os) de todos os semestres, ex-alunas(os) e público em geral.

O debate esteve pautado em torno dos desafios enfrentados pelas(os) profissionais que atuam dentro das escolas e também nas projeções que uma biblioteca escolar pode desempenhar no contexto do ensino e da aprendizagem.

Foi possível compreender as reflexões levantadas pelos palestrantes e também pelo público presente o papel fundamental da biblioteca escolar no ambiente educacional e alguns pontos tornaram-se destaque naquele painel. Alguns dos principais motivos que destacam a importância da biblioteca escolar e sua existência:

1. Promoção da leitura e literacia: a biblioteca escolar é um local onde as(os) alunas(os) têm acesso a uma vasta gama de livros, revistas e outros materiais de leitura. Isso ajuda a promover o hábito de leitura desde tenra idade, melhorando a literacia e as habilidades de compreensão;

2. Recursos de aprendizagem diversificados: além de livros, as bibliotecas escolares oferecem recursos variados, como enciclopédias, periódicos, recursos digitais e multimídia. Isso amplia o espectro de conhecimento disponível para as(os) alunas(os);

3. Pesquisa e aprendizagem Independente: as bibliotecas escolares são lugares ideais para as(os) alunas(os) aprenderem a realizar pesquisas independentes. As(Os) bibliotecárias(os) podem ajudar as(os) alunas(os) a desenvolver habilidades de pesquisa, avaliação de fontes e síntese de informações;

4. Fomento da criatividade: muitas bibliotecas escolares devem oferecer atividades e recursos que incentivem a criatividade, como oficinas de escrita, clubes de leitura, exposições de arte e eventos culturais. Isso estimula a expressão artística e o pensamento criativo;

5. Apoio ao currículo escolar: a biblioteca escolar pode ser um complemento valioso para o currículo escolar. Ela fornece

materiais relacionados aos tópicos de estudo, auxiliando as(os) professoras(es) a enriquecer suas aulas e as(os) alunas(os) a aprofundarem seu aprendizado;

6. Inclusão e acesso equitativo: as bibliotecas escolares devem ser locais onde todos as(os) alunas(os) tenham igualdade de acesso a recursos educacionais, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso promove a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais;

7. Desenvolvimento de competências sociais: a biblioteca também pode ser um local para atividades sociais construtivas, como grupos de discussão, debates e eventos comunitários. Isso ajuda as(os) alunas(os) a desenvolver habilidades sociais e a envolverem-se na vida escolar;

8. Preparação para a vida pós-escola: ao ensinar habilidades de pesquisa, pensamento crítico e resolução de problemas, a biblioteca escolar prepara as(os) alunas(os) não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida após a escola, onde essas habilidades são essenciais.

Em resumo, a biblioteca escolar desempenha um papel multifuncional e pode ser ainda mais essencial na educação, proporcionando um ambiente de promoção da leitura e apoio nos processos de apren-

dizagem. Vale acrescentar que nesse espaço é possível ampliar a criatividade, a inclusão e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida da comunidade escolar. Ela é um recurso valioso que enriquece a experiência educacional das(os) alunas(os). Os países desenvolvidos sabem muito bem disso!

Nesse primeiro evento do I Fórum de Bibliotecas Escolares ficou deliberado que a pesquisa apresentada pelo CRB-8 ficará disponível para toda a comunidade bibliotecária. Foi sugerido que o Guia publicado pelo CRB-14 com apoio do CFB fosse disponibilizado também para que outros Conselhos Regionais tomassem conhecimento da pesquisa e também criassem suas ações nos respectivos Estados.

Foi sugerido que o modelo de Projeto de Lei criado pelo pessoal do CRB-14 ficasse disponível na página do CRB-8 para que as(os) bibliotecárias(os) possam levar esse modelo aos vereadoras(res) que se interessarem pela causa. Ficou entendido que sem o apoio direto dos representantes públicos e também dos bibliotecários e das bibliotecárias, essa questão ficaria esvaziada.



5.2 Bibliotecas escolares: manifesto UNESCO

**Cibele A. C. Marques dos Santos
(ECA/USP)**

PAINEL 2

DATA: 15.08.2023 das 19h30 às 22h

LOCAL: Escola de Comunicação e Artes /

Universidade de São Paulo - ECA/USP

PALESTRANTE: Kátia Cristina da Mata

(Conselheira CRB-8), Priscylla Quadros Fernandes (Bibliotecária - Diretoria de Ensino Região de Ribeirão Preto), Lourival Lopes Cancela (Bibliotecário - Diretoria Regional de Ensino Sul 2), Ana Paula Teixeira Gonçalves (Bibliotecária - Diretoria de Ensino Região de Diadema).

ABERTURA: Ana Cláudia Martins (Presidenta CRB-8)

MEDIADORA: Cibele A. C. Marques dos Santos (Coordenadora do curso de Biblioteconomia ECA/USP)

LINK: <https://abre.ai/forumbibliotecasescolarespainel2>



O evento do dia 15/08/2023 do I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para a formação cidadã ocorreu na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e contou com a participação de estudantes do Curso Técnico de Biblioteconomia da ETEC do Parque da Juventude, de estudantes de Biblioteconomia, de pesquisadoras(es) em Biblioteconomia e Ciência da Informação, de bibliotecárias(os) e professoras(es).

Foi uma honra para o Departamento de In-

formação e Cultura da ECA/USP e para o curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação ter recebido o convite de participar do I Fórum de Bibliotecas Escolares que teve por objetivo fomentar o diálogo sobre a biblioteca escolar no Brasil e recepcionar a segunda mesa do Fórum, denominada Bibliotecas Escolares Manifesto UNESCO. Esta mesa tratou do papel da biblioteca escolar e da(o) bibliotecária(o) no fomento à leitura, da importância da parceria entre bibliotecárias(os) e professoras(es), bem como apresentou a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil que trouxe uma visão do



comportamento do(a) leitor(a) brasileiro(a). Nossa mesa foi composta pela presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, pela conselheira do CRB-8, Kátia Cristina da Mata, por Priscylla da Silva Quadros Fernandes, bibliotecária da Diretoria de Ensino região de Ribeirão Preto, por Lourival Lopes Cancela, bibliotecário da Diretoria Regional de Ensino Sul e por Ana Paula Teixeira Gonçalves, bibliotecária na Diretoria de Ensino na Região de Diadema.

A presidenta do CRB-8, na abertura da mesa, retomou o histórico do início da campanha “Sou Biblioteca Escolar” que foi motivada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia para reforçar o apoio à Lei Federal no. 12.244/10, lei da biblioteca escolar que determina que toda escola tem que ter biblioteca, tanto em escola pública quanto particular, só que isso nem sempre é respeitado, mas é lei. A campanha se estende às redes sociais com a hashtag #soubibliotecaescolar.

Assim, o CRB-8 está na luta pela consolidação desse direito, já que é uma lei e chama a participação das(os) alunas(os) de Biblioteconomia.

A seguir, Kátia Cristina da Mata nos apresentou uma linda vivência de contação de história (assistam o vídeo para conhecer o Ernesto) e a mensagem que sobressaiu para mim foi que o Ernesto nunca estava sozinho, ele sempre tinha um livro como companhia.

Para mim, os livros são grandes compa-

nheiros da vida toda para crianças, jovens, adultas(os) e idosas(os), têm o poder de curar nossos corações, nos apoiar em momentos difíceis, nos alegrar nas horas de lazer, bem como nos informar e empoderar. Priscylla da Silva Quadros Fernandes nos apresentou o Manifesto da IFLA -UNESCO sobre bibliotecas escolares, a tradução usada foi feita pela Professora Doutora Neusa Maria de Macedo, que foi professora do curso de Biblioteconomia da ECA/USP, o que nos orgulha muito.

Ao longo de todo esse documento da IFLA, a biblioteca escolar é considerada como um espaço de aprendizagem para todos, que pode propiciar informação e ideias sobre livros, outras formas de documentos e informações. Enfatiza que os livros são fundamentais para o funcionamento da sociedade atual que é baseada na informação e no conhecimento, e a biblioteca escolar pode habilitar também os estudantes para aprendizagem ao longo da vida, que é um dos quatro pilares da educação, e está relacionado com o aprender a aprender e a ter autonomia para aprendizagem.

A biblioteca escolar pode colaborar com o desenvolvimento da imaginação das(os) alunas(os), sendo uma das funções da(o) bibliotecária(o) atuar na mediação da leitura e preparar as(os) estudantes para viver como cidadãs(ãos) responsáveis, a partir dessa mediação e da própria oferta dos livros e de outras fontes de informação.

O Manifesto traz a missão da biblioteca es-

#SOU biblioteca ESCOLAR

A existência de uma biblioteca na escola é de suma importância. Os alunos precisam ser motivados a ler, pois é através da leitura que eles vão escrever melhor, ter visão de mundo, conhecimento amplo e variado, enfim... a leitura é o centro de tudo. Quem lê mais, sabe mais. Em relação ao profissional bibliotecário, é fundamental que esteja na biblioteca para organização dos livros, orientação de leituras, controle de retiradas e entregas e motivador da leitura na escola. Infelizmente não temos tal profissional.
(E.S.)



colar, e entre as atividades a serem realizadas está a promoção de serviços de aprendizagem, a divulgação de livros e outras fontes de informação, bem como possibilitar que as(os) membras(os) da comunidade escolar se tornem pensadoras(es) críticas e efetivos usuárias(os) da informação. Dessa forma, a biblioteca escolar pode ser

um espaço efetivo para o desenvolvimento da competência em informação, bem como oferecer suporte ao uso de livros e de outras fontes de informação impressas e digitais para as(os) estudantes, durante o seu percurso na escola e ao longo de sua vida. As outras apresentações da mesa reforçam esse aspecto, e que o trabalho conjunto de

bibliotecárias(os) e professoras(es) melhoram o desempenho das(os) estudantes em nível da literacia informacional, que se relaciona ao letramento para saber usar informação e saber fazer a leitura de forma competente.

O manifesto, de certa forma, reforça a ideia de que políticas públicas para a biblioteca escolar, com estratégia de longo prazo, possibilitam fomentar o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a sociedade.

A biblioteca considerada como parte integral do processo educativo permite: apoiar e intensificar o alcance, os objetivos e a missão da escola, desenvolver o hábito e o prazer da leitura pelas(os) estudantes, e a aprendizagem somada a vivências destinadas à produção e uso da informação e as habilidades para avaliar a informação utili-

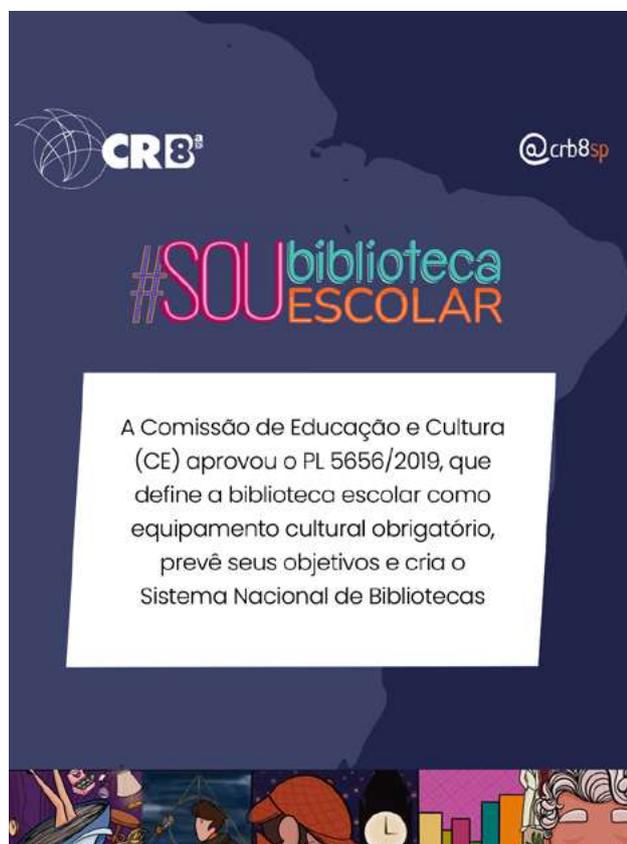
zada.

É de suma importância a tomada de consciência cultural e social sobre o papel da biblioteca no desenvolvimento da liberdade intelectual e do acesso à informação para a formação de cidadãos(ãos) responsáveis no exercício da democracia.

Importante lembrar que a(o) profissional qualificada(o) para exercer este importante papel na sociedade é a bibliotecária(o), capacitada(o) para o planejamento e gestão da biblioteca escolar em conjunto com as(os) membras(os) da comunidade escolar, com as(os) professoras(es), com as(os) estudantes e em sintonia com as bibliotecas públicas de seus entornos.

O manifesto traz os princípios em termos globais (para o mundo todo mesmo) sobre a biblioteca escolar, e a partir deste documento é possível desenvolver diretrizes e colocar em prática ideias que podem ser desafiadoras em relação à missão e ao planejamento dessa biblioteca para um dia garantir igualdade, justiça social, acesso à informação, realizando a adequação à realidade de cada país, de cada Estado, de cada cidade, de cada bairro e de cada escola e comunidade.

Portanto, algumas características são necessárias para o sucesso de uma biblioteca escolar, primeiro precisa de uma(um) bibliotecária(o) qualificada(o), depois de uma coleção que apoie o currículo da escola e um plano explícito para o crescimento e desenvolvimento escolar, sendo necessária



conjunção desses três, sendo que a função da bibliotecária(o) precisa estar adequadamente explicitada na instituição.

Outras características importantes estão relacionadas com o ensino, com a gestão da biblioteca, com a capacidade de liderança, colaboração e envolvimento com a comunidade escolar para a promoção dos serviços da biblioteca, a divulgação e marketing, bem como participação do profissional nos programas educativos das bibliotecas escolares e, desempenhar atividades relacionadas, principalmente, com a questão pedagógica. Para isso é interessante que durante a graduação e após o curso de Biblioteconomia seja possível buscar alguma forma de complementação, especialização e/ou formação pedagógica. O bibliotecário Lourival Lopes Cancela nos apresentou a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que está em sua quinta edição, é uma pesquisa que acontece de quatro em quatro anos e essa última edição foi coordenada pelo Instituto Pró-livro em parceria com o IBOPE e o patrocínio do Itaú Cultural. Para essa pesquisa foram ouvidas mais de 8 (oito) mil pessoas em 208 (duzentos e oito) municípios, incluindo todas as capitais do Brasil tendo como público-alvo crianças acima de 5 (cinco) anos, o objetivo da pesquisa foi conhecer o comportamento da(o) leitora(tor) medindo a intensidade, a forma, as limitações, as motivações, as representações e as condições de leitura e de acesso ao livro seja no formato impresso

ou digital. Essa edição teve o diferencial de identificar os hábitos de leitura, especificamente de livros de literatura.

O perfil dessa amostra teve em sua maioria entrevistados do gênero feminino em todas as faixas etárias, a partir dos 5 (cinco) anos de idade, principalmente nas regiões Sudeste, Nordeste, Sul e um pouco menos nas demais regiões.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, a imensa maioria declarou que não está estudando mais, porém entre aqueles que estudavam, eram do ensino fundamental e do ensino médio, com renda familiar entre um até cinco salários-mínimos.

O estudo considerou leitora(tor) aquela(le) que leu inteiro ou em partes pelo menos um livro nos últimos três meses, e mesmo considerando esse mínimo de leitura, houve decréscimo no número de leitores da pesquisa anterior, a quarta edição, em todas as idades, configurando uma queda no índice de leitura, mas com o ponto positivo que foi o acréscimo de leitores na primeira infância.

A pesquisa retratou bem a desigualdade do povo brasileiro, onde as pessoas brancas têm mais acesso à leitura, quem possui o nível superior lê mais que os que não possuem esse grau, aqueles que estão estudando leem mais porque existe a necessidade de responder às questões escolares. De alguma forma, quem tem mais facilidade e acesso à leitura, e entende melhor o valor da leitura do conhecimento.

Essa observação, na minha opinião, reforça a importância da educação e da promoção da leitura, dos livros e das bibliotecas, em políticas de longo tempo, como indicado na palestra anterior pelo Manifesto da IFLA.

A(O) brasileira(o) lê em geral no máximo cinco livros por ano, considerando partes de livros, se levarmos em conta livros inteiros, a pesquisa indicou uma média de dois livros, o que é um índice muito baixo.

Como o estudo indica que parte significativa da leitura se estabelece com os livros didáticos indicados pela escola, podemos entender por meio dessa pesquisa que a(o) bibliotecária(o) escolar deve buscar conhecer o público leitor do país.

Voltando para a pesquisa, a casa foi o local preferido da maioria dos entrevistados para leitura, além de sala de aula e bibliotecas (escolares e acadêmicas), e foram citadas também bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias.

Assim, essa edição da pesquisa Retrato da Leitura demonstrou a importância das bibliotecas escolares no processo educativo e permitiu identificar condições e contribuições que podem ser oferecidas pelas bibliotecas escolares em relação ao hábito de leitura, assim como apresentou informações muito úteis para gestores, para bibliotecárias(os) ou responsáveis pela sala de leitura e para professoras(es).

Portanto, podemos apontar que a biblioteca escolar pode desempenhar a função de despertar o interesse das(os) estudantes



pela leitura, e existem dados em outros estudos de que o índice de desenvolvimento educacional por aluna(o) é maior para escolas com bibliotecas.

Ana Paula Teixeira Gonçalves salientou em sua apresentação o quanto é importante que professoras(es) e bibliotecárias(os) trabalhem em parceria. Muitas vezes, a(o) bibliotecária(o) é vista(o) como tecnicista, quando chega na área da Educação, e é comum não possuir formação para o contexto educativo levando-se em conta a formação padrão em cursos de Biblioteconomia.

Aqui cabe um adendo, alguns cursos de Biblioteconomia, no momento atual, já apresentam algumas disciplinas e oportunidades para um olhar na Educação como o curso da ECA/USP que possibilita ao estudante que cursou disciplinas específicas sobre o tema, receber um certificado em Biblioeducação.

Para a formação ao longo do tempo, com vistas à atuação da(o) bibliotecária(o) em bibliotecas escolares, existem alguns cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, e cursos de gestão de bibliotecas escolares.

É importante que a(o) bibliotecária(o) possa desempenhar um papel educativo e o modelo TLC, apresentado pela Ana Paula, é um modelo de colaboração professora(or)/ bibliotecária(o) em uma estrutura conceitual para pensar como atuar de maneira educativa no contexto escolar. Esse modelo foi desenvolvido pela professora Patrícia



da Universidade do Arizona nos Estados Unidos, e tem sido utilizado no Brasil pela Profa. Bernadete Campelo, que é professora da UFMG.

O objetivo do estudo é identificar em nosso país como as(os) bibliotecárias(os) e professoras(es) estão conseguindo atuar de maneira educativa, como ocorre esta colaboração no sentido de apoio mútuo, o “co” nessa palavra significa “junto” ou “em conjunto” e o “laborar” vem da palavra labore que é trabalhar, então esse trabalhar é o trabalhar em conjunto, não é só apoiar.

O modelo permite identificar diferentes níveis de colaboração entre bibliotecárias(os) e professoras(es) com possibilidades de trabalho em parceria com envolvimento que vai de baixo até um alto grau de colaboração.

Esses níveis têm uma relação de confiança que vai sendo estabelecida entre as(os) profissionais, chegando em um momento que a(o) bibliotecária(o) já não fica mais escondida(o) dentro da biblioteca, passando pelo nível de cooperação, pelo nível de instrução integrada e chegando ao nível de currículo integrado até o momento em que a(o) bibliotecária(o) esteja participando das decisões pedagógicas.

Na última apresentação da mesa, a bibliotecária Kátia retornou e enfatizou a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, a importância da atuação da biblioteca escolar, que deve ser vista como um equipamento cultural, atuando, como centro de ação cultural e educacional nas escolas e que deve ser uma política pública contínua em nosso país, política implementada porque é lei, e que continua sendo uma luta reforçada pela atuação do CRB-8, principalmente pela campanha “Sou Biblioteca Escolar”.

Ao final, tivemos uma discussão que reforçou a importância da parceria efetiva entre as escolas de Biblioteconomia e o CRB-8 nessa campanha, no pensar a formação em

conjunto com os objetivos da lei para a melhoria da sociedade, que só tem a ganhar com a universalização das bibliotecas escolares e com a melhoria da formação educacional e o desenvolvimento da cultura.

A biblioteca escolar implementada no processo escolar desde seu início, traz a possibilidade de alunas(os) chegarem mais preparadas(os) para cursarem o ensino médio e o ensino superior, com hábitos de leitura mais estabelecidos, com competência em informação para diferenciar informação de qualidade, com interesse na participação em eventos culturais, enfim trata-se de construção de política pública para formação cidadã.

Precisamos que a Lei Federal 12.244/10 seja cumprida, e que a implementação das bibliotecas seja feita de forma perene, consistente e permanente.



5.3 Bibliotecas escolares: humanidades digitais

Valéria Valls
(FESPSP)

PAINEL 3

DATA: 24.08.2023 das 19h30 às 22h

LOCAL: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP

PALESTRANTE: Regina dos Anjos Fazioli (Vice-presidenta CRB-8), Charley Luz (Professor),

Leonardo da Silva de Assis (Bibliotecário) e Charlene Kathleen Lemos (Bibliotecária)

ABERTURA: Ana Cláudia Martins (Presidenta CRB-8)

MEDIADORA: Valéria Valls (Coordenadora do curso de Biblioteconomia FESPSP)

LINK: <https://abre.ai/forumbibliotecasescolarespainel3>



O 3º painel foi dedicado à reflexão sobre a utilização da tecnologia nas bibliotecas escolares no contexto das Humanidades Digitais. Após uma breve introdução sobre a campanha #soubibliotecaescolar lançada pelo CRB-8 na Bienal Internacional do Livro de São Paulo em 2022 e sobre a realização dos painéis anteriores do I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã, a sessão três teve início com a abertura da Sra. Ana Cláudia enfatizando a importância da mobilização política da sociedade e das pessoas bibliotecárias em prol das bibliotecas escolares, reforçando sua alegria em ver o auditório repleto de estudantes (do curso técnico e da graduação em Biblioteconomia) nas comemorações

do 1º ano da campanha #soubibliotecaescolar e do engajamento da área para o cumprimento da Lei 12.244/10 que trata da universalização das bibliotecas escolares. Na sequência o Prof. Charley fez sua explanação “Explorando o potencial da inteligência artificial na biblioteca escolar e reflexões sobre o seu impacto” iniciando com um artigo que aborda a utilização de ferramentas gratuitas de inteligência artificial (IA) nas bibliotecas escolares, base da sua fala [Artigo disponível em <https://www.scisdata.com/connections/issue-114/is-there-a-place-for-artificial-intelligence-in-the-school-library/>] Apresentou e exemplificou algumas dessas ferramentas no universo da biblioteca escolar, como adivinhação de desenhos



por IA, análise de sentimento de voz e escrita por comando de voz, o que certamente gerou muita curiosidade na audiência. Refletiu também sobre as perspectivas positivas do uso da IA no aprendizado das crianças e jovens e o papel da biblioteca escolar, listando no final da sua fala várias possibilidades de aplicação: automação de tarefas rotineiras, atendimento virtual, análise de dados, colaboração, treinamento dentre outros.

Em seguida o pesquisador Leonardo iniciou sua palestra “Humanidades Digitais: fronteiras para bibliotecas” enfatizando que sua proposta tinha como objetivo realizar uma reflexão sobre o tema, iniciando com conceitos básicos de Humanidades Digitais (HD) como um campo interdisciplinar entre as áreas tradicionais como a Biblioteconomia e as tecnologias e metodologias digitais. O palestrante convidou a audiência para observar o tema a partir do maior campo de observação possível: a rua/a cidade. Num tom informal foi citando exemplos do cotidiano onde podemos identificar o uso da tecnologia e, a partir desse panorama, questionou qual o segmento de atuação da(o) bibliotecária(o), ou seja, a informação. Trouxe conceitos de informação e, em caráter provocativo, lembrou que “o nosso campo de atuação não está somente no livro” e que nossa atuação está cada dia mais potencializada, em especial com a utilização da tecnologia. E, ainda para provocar re-

flexão, questionou o que é leitura e quem somos (enquanto pessoas bibliotecárias), reforçando nosso papel de “facilitadoras(es) na gestão, disseminação e uso de informações e conhecimentos em diversas formas”, ilustrando com experiências do grupo de HD da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). Trabalhos disponíveis em <https://library.ifla.org/view/divisions/div3=5Fkno=5Fdhs.default.html>, o questionamento “Qual deve ser a nossa preocupação?” e a afirmação “O movimento em direção à integração tecnológica é irreversível, e as bibliotecas desempenham um papel vital nessa transformação”, com uma fala final bem encorajadora e crítica, reforçando que as pessoas são o foco das bibliotecas.

E nesse contexto a Profa. Regina toma a palavra informando que sua fala será baseada num texto composto como resultado das suas pesquisas e reflexões, sob a ótica da Educação. Ela abordou o tema das “Humanidades Digitais” e seus diversos significados e contextos de uso, destacando a multiplicidade de perspectivas na área. Discutiu ainda, os impactos negativos das tecnologias digitais, como a diminuição da capacidade de atenção e o aumento do estresse devido à conectividade constante. Além disso, abordou questões de inclusão e exclusão digital, destacando a falta de acesso à internet para muitas pessoas. Também trouxe referência à uma pesquisa

sobre o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), realizada pelo CGI.br nas escolas brasileiras, apontando desafios como a falta de estrutura tecnológica e a necessidade de capacitação dos professores, mencionando o potencial das TIC na educação e a importância de personalizar a aprendizagem.

Em relação às bibliotecas escolares, destacou a falta de bibliotecárias(os) em muitos espaços – apenas 7% (sete por cento) têm bibliotecárias(os) (segundo a pesquisa realizada pela Comissão Temporária das Bibliotecas Regionais do Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região/SP) e, a necessidade de presença dessas(es) profissionais para tornar esses ambientes mais ativos e dinâmicos. Ademais, mencionou a importância de adaptar as bibliotecas para atender a uma população envelhecida, que até 2040 será a predominância entre brasileiras(os). Abordou a Andragogia como uma perspectiva de ensino para adultas(os), destacando a importância de métodos de aprendizagem específicos para esse grupo.

No geral, enfatizou a importância de compreender e lidar com os desafios trazidos pela tecnologia digital na educação e nas bibliotecas, bem como a necessidade de personalizar a aprendizagem e adaptar-se às mudanças demográficas que nos aguarda em futuro bem próximo.

E, para concluir a etapa das palestras, a bibliotecária Charlene iniciou sua reflexão

contando um pouco da sua trajetória profissional como mediadora de leitura em bibliotecas públicas. Contou sobre o seu projeto de clube de leitura online (Clube de Leitura Secreto das Bibliotecárias) que foi criado na pandemia e que se amplia a cada dia, com uma experiência muito interessante de conexão entre a literatura e o mundo digital, com a participação de pessoas de outros Estados e Países. Enfatizou que a troca tem sido muito interessante, especialmente por questões culturais. Foi conectando sua fala com aspectos das Humanidades Digitais e citou que sua geração foi ensinada a trabalhar com a internet e que as crianças e jovens já são muito familiarizados com o digital e que tem um estranhamento com o livro físico, entretanto comentou também que algumas crianças não têm acesso ao digital, seja pela exclusão digital seja pela opção dos pais que preferem retardar um pouco esse contato. E as crianças híbridas, que têm contato com os dois suportes, em relação à leitura (livros físicos e digitais). Charlene também relatou um pouco da experiência de colegas que atuam em bibliotecas escolares, que na pandemia ofereciam os serviços virtualizados e que no momento atual muitas crianças estão saturadas e que as bibliotecas passam a oferecer a literatura do encontro, com o objetivo de retomar os contatos pessoais e para o coletivo. E contou também outras experiências para ilustrar esse momento de

atividades presenciais em conjunto com atividades online, salientando que as atividades online não substituem as relações sensorial, visual, sonora e as trocas sociais que o livro em papel proporciona, e que a biblioteca escolar vem ocupar uma função de desaceleração do virtual e de espaço coletivo de relações e de trocas. E encerrou sua fala compartilhando uma experiência vivenciada com os colegas do CEU – Centro de Educação Unificado.

Após as quatro falas, houve interação da audiência (presencial e via chat) e foi possível refletir um pouco mais sobre a conexão Humanidades Digitais e a Biblioteca Escolar.

A título de conclusão, é importante enfatizar que a biblioteca é um sistema aberto, ou seja, as mudanças que ocorrem na sociedade refletem diretamente em suas atividades. As crianças e as(os) jovens hoje consomem e produzem conteúdos digitais e as bibliotecas devem se aproximar dessa nova realidade, não como um “inimigo a ser derrotado” e sim como “uma aliança a ser estabelecida” para que a biblioteca escolar garanta seu protagonismo na educação das crianças e jovens. E as bibliotecárias e os bibliotecários também devem se capacitar nesse sentido, entendendo que as ferramentas digitais são instrumentos que, se bem utilizados, podem agregar muito nas práticas biblioteconômicas, como vimos no 3º painel do I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção

de políticas públicas para formação cidadã.



5.4 Bibliotecas escolares: políticas públicas

Ana Cláudia Martins
(CRB-8)

PAINEL 4

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP

PALESTRANTES: Cibele Lopresti Costa (Diretora Secretária ABRALE - Associação

Brasileira dos Autores de Livros Educativos), Edson Gabriel (professor e assessor parlamentar), Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira (Vice-presidenta CFB), Rai de Almeida (Vereadora PT), Rui Alves (Deputado Estadual), Toninho Vespoli (Vereador PSol)

ABERTURA: Edson Gabriel

MEDIADORA: Ana Cláudia Martins (Presidenta CRB-8)

LINK: <https://abre.ai/forumbibliotecasescolarespainel4>



Os três primeiros painéis trouxeram uma reflexão sobre a real situação das Bibliotecas Escolares no Estado de São Paulo, a atuação da(o) profissional bibliotecária(o) e sua importância na formação das(os) alunas(os). Trouxe também a importância de parceria entre bibliotecárias(os) e professoras(es) para atuarem juntas(os) nessa formação. O quarto e último painel trouxe para debate a questão política, com representantes das casas legislativas do Estado e dos Municípios de Piracicaba e de São Paulo que atuam ou pretendem atuar em prol da universalização das Bibliotecas Escolares e para o cumprimento da Lei 12.244/10.

Edson Gabriel, por representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e o deputado estadual Carlos Giannazi, fez a abertura do Fórum e chamou a presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, para conduzir a mesa.

A presidenta agradeceu a parceria com as escolas de Biblioteconomia do Estado de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo ECA/USP, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP e Centro Universitário Assunção - UNIFAI, o apoio do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB e do deputado Carlos Giannazi que viabilizou o encerramento do Fórum na



ALESP. Informou que o CRB-8 convidou por meio de ofício todos partidos políticos e suas(eus) vereadoras(es) e deputadas(os) estaduais e federais do Estado de São Paulo, convidando-as(os) para assistirem e/ou participarem do Fórum, destacando a isonomia do Conselho.

Apresentou resumidamente o resultado da pesquisa realizada pela Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares do CRB-8 (resultado exposto no capítulo seis da presente publicação). Destacou a importância e relevância da Biblioteca Escolar na formação e o diálogo com o projeto pedagógico escolar. Enfatizou que a parceria entre bibliotecárias(os) e professoras(es), junta(os), poderão desenvolver atividades essenciais na formação educacional das(os) alunas(os).

Informou que a Comissão de Educação (CE), do Senado Federal, aprovou no 29.08.2023 o PL 5656/2019 que define a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório, prevê seus objetivos e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. A proposta altera dispositivos da Lei nº 12.244/2010, criada para universalizar as bibliotecas escolares.

Finalizou fazendo um apelo ao prefeito Ricardo Nunes e ao governador Tarcísio de Freitas para atuarem pelo cumprimento da Lei 12.244/10, e garantiu que bibliotecárias e bibliotecários escolares atuam na formação social, intelectual, cultural e de cidadania da sociedade em geral. Ainda

afirmou: **“LIVROS E BIBLIOTECAS SALVAM!”**

Dando sequência a bibliotecária e Vice-presidenta do CFB, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, em sua fala, que foi embasada em estudos da área da Educação realizados pelo jurista, intelectual e educador baiano Anísio Teixeira, defendeu que a verdadeira democracia só seria concretizada no País a partir da escola pública, laica e de qualidade. Dentro dos estudos e projetos de escola idealizados por Teixeira a biblioteca estava inserida no projeto educacional.

A Vice-presidenta trouxe um apanhado histórico da trajetória da educação no Brasil, e os projetos e as Leis que foram constituídas em prol dos livros, leitura e bibliotecas escolares. Algumas das ações, descritas a seguir, foram extintas, enquanto outras foram ressignificadas.

1937 - governo Getúlio Vargas: a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), cujo propósito pioneiro era que a biblioteca atuasse enquanto responsável pelo desenvolvimento da coleção/formação do acervo e capacitação técnica;

Segunda metade do século XX: novos programas surgiram voltados para o material didático, que de certa maneira, exerceu influência na biblioteca escolar;

1971 - governo Emílio Medici: o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF);



1992 - governo Fernando Collor de Melo/ Itamar Franco: o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), buscou ampliar o acesso a leitura;

1998 - governo Fernando Henrique Cardoso: Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), visando desenvolver o acervo bibliográfico para as bibliotecas escolares da educação básica;

2001 - governo Fernando Henrique Cardoso: Programa PNBE, com um desdobramento denominado “Literatura em Minha Casa”, com vistas a fomentar a leitura no âmbito familiar;

2006 - governo Luiz Inácio Lula da Silva: é instituído o Plano Nacional do Livro

e Leitura (PNLL), cujo princípio norteador era democratizar o acesso ao livro, fomentar e valorizar a leitura;

2007 - governo Luiz Inácio Lula da Silva: Programa Fome de Leitura, buscou ampliar o acervo escolar;

2010 - governo Luiz Inácio Lula da Silva: foi sancionada a Lei 12.244/10, que trata da universalização das bibliotecas escolares, e determina que toda escola tanto pública quanto privada deve ter uma biblioteca.

Após o apanhado histórico, Maria Isabel, trouxe dados de pesquisas que são estarrecedores, o Brasil está numa posição muito inferior ao que é desejável para uma educação de qualidade, conforme descritos a seguir:

Retratos da Leitura no Brasil: pesquisa realizada em 2020, aponta que o País perdeu em quatro anos, entre os anos de 2015 e 2019, cerca de 4,6 milhões de leitores.

Estudo Internacional de Leitura (PIRLS): a IEA (Associação Internacional para a Avaliação de Conquistas Educacionais), sobre a habilidade leitora de crianças do 4º ano do ensino fundamental de cinquenta e sete países, divulgado em maio de 2023, mostra que o Brasil ocupa a 52ª posição, colocando as crianças brasileiras dentre aquelas com o pior patamar de compreensão leitora.

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA): em 2018, disponível no INEP, resultante de pesquisa com estudantes brasileiros entre 15 (quinze) e 16 (dezesseis) anos, matriculados em instituições educacionais a partir do 7º (sétimo) ano do Ensino Fundamental demonstra que dentre os países da América Latina, o Brasil ocupa uma posição inferior ao Uruguai, Chile e México, com 413 (quatrocentos e treze) pontos, uma média aquém da estabelecida para Países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Diante desses resultados, emergem algumas questões: o que se pode esperar para o futuro da nação brasileira? Que consequências decorrerão dessa realidade? Que ações são necessárias para que o País alcance resultados mais promissores que possam nos aproximar daqueles com

melhores índices de desempenho nas habilidades leitoras? Que legado deixaremos para as gerações futuras enquanto políticos, educadoras(es), pesquisadoras(es), bibliotecárias(os)? Que lugar ocupará esses jovens nos diferentes setores da sociedade brasileira?

A palestrante destacou o estreitamento de laços entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, especialmente no que se refere ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e a re-





lação a ser estabelecida com a biblioteca escolar. Parabenizou o estado de Santa Catarina pelas ações realizadas em prol da inserção da biblioteca na instituição educacional, fruto da luta da classe bibliotecária e da ação do Ministério Público local. Concluiu sua fala ressaltando que estudos realizados em países com altos índices de competência leitora mostram que a Biblioteca Escolar desempenha papel decisivo nesses resultados, lembrando da concepção de Anísio Teixeira ao dizer que “biblioteca não é somente local de estudo, mas de leitura e de fruição de bens do espírito” (Teixeira, 1962). “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país

a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (Teixeira, 1967).

O Deputado Estadual, Rui Alves, foi o terceiro orador da mesa e iniciou falando que a biblioteca é ensino e leva as pessoas ao saber. A literatura e o conhecimento são fundamentais para o progresso da sociedade, a realização do evento na ALESP que busca a construção de políticas públicas na formação cidadã, o deixou feliz. Lembrou que recebeu o CRB-8 representados pela Presidenta Ana Cláudia Martins e a Vice-presidenta Regina dos Anjos Fazioli que levaram a pauta da Lei 12.244/10, disse que o tema precisa ser amplamente

discutido para encontrar soluções e que o Fórum trouxe pessoas especialistas para trazer o engajamento. Valorizou o Fórum, destacou os desafios de estimular a leitura das(os) estudantes em período digital e de trazer a tecnologia como aliado para o desenvolvimento da leitura e do aprendizado. Destacou a biblioteca como um local de estudo.

A Presidenta fez uma pergunta sobre o que o mandato poderia fazer pela causa das bibliotecas escolares e citou a matéria televisada pela EPTV que citou “o acervo das bibliotecas escolares existem [...] e a presença do profissional bibliotecário se tornou mais raro”, o deputado disse para o CRB-8 montar uma estratégia e, no que for de sua competência, apoiará e poderá contar como um aliado.

Representando o deputado estadual Carlos Giannazi (PSol), o professor, escritor e assessor parlamentar Edson Gabriel contou que foi um dos criadores do Programa Sala de Leitura há cerca de 40 anos, um dos programas mais completos e longevos na área, e que preserva as mesmas características criadas em 1983. Salientou que há diferenças entre sala de leitura e biblioteca e convidou a presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, para depois discutirem o assunto.

Destacou a importância da atividade política e que ela não deve ser confundida com discursos parlamentares vazios, esvaziados e que não contribuem para o fortalecimento da democracia.

Lembrou que não basta aprovar um plano municipal, estadual, federal do Livro e da





Leitura se não houver mobilização política para que não fique somente no papel. Salientou a escolha acertada do nome do Fórum “construção de políticas públicas para formação cidadã”. Segundo ele, as pessoas desconhecem a profundidade do termo, e destacou que o Brasil tem alguns bons exemplos de políticas públicas que prevalecem com o passar dos anos, como, por exemplo, o programa de acompanhamento HIV/Aids.

O assessor reforçou a relevância de se reivindicar a efetivação da Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares, se possível fazendo pequenos ajustes na Lei, como a definição do que é biblioteca escolar, reforçando a ideia de que ela precisa

repousar em um tripé: espaço adequado, acervo diverso, e a presença do mediador da leitura, a(o) bibliotecária(o), que dá vida aos livros.

Fez também várias críticas ao governo do Estado na área da Educação. Salientou que ao invés de bibliotecárias(os), são empregadas(os) nas salas de leitura professores readaptados por problemas de saúde e que é preciso reverter essa prática em respeito a essas(es) profissionais, à leitura, ao livro e à biblioteca.

Rai de Almeida (PT), vereadora de Piracicaba, explicou que o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB) elaborado coletivamente, ao longo de mais de um ano, junto a bibliote-

cárias(os), professores, leitores, pesquisadores e representantes de entidades civis de Piracicaba, foi uma promessa de campanha divulgada em uma live promovida por Ana Cláudia Martins. O plano será entregue para avaliação do prefeito de Piracicaba, Luciano Santos Tavares de Almeida (PP).

A parlamentar também abordou a mudança da função da biblioteca, que hoje não é espaço de silêncio, mas de diálogo e trocas entre os atores e leitores, com a missão de aperfeiçoar, complementar e contribuir cada vez mais com o ensino e a aprendizagem.

Rai também informou que Piracicaba conta com uma população de mais de 420 mil habitantes e possui apenas uma biblioteca que, inclusive, quase entrou nas estatísticas de bibliotecas fechadas no Brasil, mas uma movimentação impediu essa ação. Salientou ainda que as salas de leitura da cidade contam apenas com professores readaptados por saúde e algumas salas servem apenas como depósito de livros. A parlamentar acredita que após ser aprovado o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB), ele possa ser efetivado na cidade em médio a longo prazo. Disse que ela participou da elaboração do Fundo Municipal de Educação que conta com verba para a implementação de bibliotecas escolares com profissionais da área.

Dessa forma, a parlamentar pretende

mobilizar a sociedade para acompanhar o processo de implantação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB) para que Piracicaba se transforme em uma cidade leitora.

A presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, fez um adendo, contando que no final de 2022, o CRB-8 recebeu uma mensagem da vereadora Rai informando que alguns vereadores queriam tirar do plano do Fundo Municipal de Educação a verba para a implementação de bibliotecas escolares e contratação de profissionais da área. O CRB-8 e o CFB enviaram ofícios para todos os vereadores de Piracicaba e a pauta foi aprovada e entrou no orçamento em



2023.

Ao final, a vereadora Rai informou que, como membro do Parlamento Metropolitano de Piracicaba (PMP), que envolve demandas para fortalecimento regional, está articulando uma moção de aplausos para a Campanha #soubibliotecaescolar.

Na sequência, Cibele Lopresti Costa, representando a Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), fez um manifesto contra a decisão do governo do estado de São Paulo de não aderir ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma das maiores iniciativas governamentais para a compra de livros do mundo. Salientou a pluralidade e os padrões de qualidade dos livros didáticos do governo federal.

Falou da importância da parceria entre educação e cultura em defesa do livro. Lembrou que a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares existe porque há uma demanda social em formar leitores críticos. Advertiu que é preciso sensibilizar e cobrar os políticos que podem mudar esse cenário fazendo perguntas certas para conseguir respostas objetivas, para que o discurso não caia no vazio.

A presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins, complementou a fala de Cibele Lopresti Costa destacando que, vários países que implementaram material digital estão recuando. E, que as(os) estudantes



podem e devem usar os instrumentos digitais como complemento dos livros didáticos físicos. A Presidenta também lembrou que muitos estudantes não contam com acesso ideal à tecnologia em suas casas.

O vereador professor Toninho Vespoli (PSol), em sua fala, salientou que para discutir a questão das bibliotecas é preciso determinar os contextos que elas estão inseridas. Lembrou que São Paulo, apesar de ser o estado mais rico do país, tem grandes desigualdades sociais, e o país conta com uma porcentagem enorme de analfabetos funcionais pela falta do hábito da leitura, além de um histórico de fechamento de muitas bibliotecas nos últimos anos. O parlamentar criticou o impacto do neoliberalismo no contexto do trabalho terceirizado na área da educação e lembrou que políticas públicas não podem ser terceirizadas, pois não são mercadorias.

Informou que já visitou 90% das bibliotecas da cidade de São Paulo ligadas à Cultura e 30% das bibliotecas/salas de leitura dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Salientou ainda que há muitos problemas estruturais, desvalorização da carreira dos trabalhadores e déficit de recursos humanos.

Salientou que, em detrimento das bibliotecas escolares, que são equi-

pamentos mais caros, foram implantadas salas de leitura, mas que são equipamentos diferentes. As bibliotecas contam com profissionais habilitados, são melhores equipadas e geridas, funcionam em período integral e também atendem a comunidade.

O parlamentar também citou que abraçou a Campanha #soubiblioteca-escolar e ressaltou algumas ações de seu mandato em defesa da biblioteca. Entre elas, realizou reunião com representantes da Secretaria de Educação de São Paulo, com a presença do CRB-8 para sensibilizar o secretário de Educação sobre a importância da biblioteca escolar; vem articulando a unificação dos sistemas das bibliotecas da Cultura e da Educação; estimulou a aquisição de periódicos para as bibliotecas; incentivou que fossem realizadas visitas a todas as bibliotecas para um levantamento de suas estruturas e posterior reformas; solicitou que se estabelecesse diálogo com as(os) bibliotecárias(os) para a compra dos acervos. O vereador também almeja lançar um prêmio literário para estudantes das redes municipais, estaduais e particulares com objetivo de incentivar a leitura e a pesquisa.

Para finalizar o “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã” o CRB-8 realizou uma live com as professoras e o professor das escolas de Biblioteconomia da Capital que foram as(o) mediadoras(or) dos painéis: Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos (ECA/USP), Valéria Valls (FESPSP) e Rogério Xavier Nunes (UNIFAI), e a presidenta Ana Cláudia Martins como mediadora. A live teve por objetivo trazer um apanhado dos quatro painéis realizados neste Fórum.

A presidenta salientou a importância do Fórum, realizado após um ano do lançamento da Campanha #soubibliotecaescolar na 26ª Bienal Internacional do Livro, na cidade de São Paulo e destacou a importância da parceria entre CRB-8 e as escolas na militância pelo cumprimento da Lei 12.244/10. Destacou também a articulação política realizada pelo Conselho objetivando a sensibilização do poder público perante o cumprimento da Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares. Finalizou informando que o Fórum será realizado no ano de 2024 com as escolas de Biblioteconomia da Capital, com a pretensão de estender também para o interior do Estado.



5.5. LIVE

Ana Cláudia Martins (CRB-8)

LIVE

DATA: 29.09.2023 das 18h às 19h30

CANAL: Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo , 8ª Região (CRB-8) @crb8sp

MEDIAÇÃO: Ana Cláudia Martins (Presidenta CRB-8)

INTERLOCUTORES: Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos (Chefe do Departamento de Informação e Cultura da ECA/USP), Rogério Xavier Neves (Coordenador do curso de Biblioteconomia da UNIFAI) e Valéria Valls (Coordenadora do curso de Biblioteconomia da FESPSP)

LINK: <https://abre.ai/forumbibliotecasescolareslive>



6. PANORAMA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES EM ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Cláudia Martins (CRB-8)

Marcos Antonio de Araújo (CRB-8)

O presente capítulo traz um breve resumo com os principais dados da pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo e do levantamento realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). A pesquisa e o levantamento oferecem uma visão atual da situação real das bibliotecas em escolas públicas, as duas foram conduzidas no nível regional (São Paulo). O estudo do CRB-8 fundamentou-se em questionários respondidos pelos(as) diretores(as) de escolas públicas do Estado de São Paulo, enquanto o da ATRICON baseou-se nos dados do Censo de 2022.

6.1 Relatório com o resultado do mapeamento das bibliotecas escolares

A Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares do CRB-8 realizou uma pesquisa inédita, no Estado de São Paulo, com o objetivo de mapear a situação das bibliotecas escolares no Estado e oferecer subsídios na busca da efetivação da Lei 12.244/10, que trata da universalização das bibliotecas escolares. Com metodologia inspirada na pesquisa desenvolvida pelo Conselho

Regional de Santa Catarina – CRB-14, a duração da coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro e setembro de 2022, sendo lançada no 09 de outubro de 2023, no I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã.

A pesquisa foi realizada em 16 (dezesesseis) regiões administrativas do Estado de São Paulo, em cidades com mais de 5 (cinco) mil habitantes e escolas com mais de 400 (quatrocentos) alunas(os). Foram respondidos pelos(as) diretoras(es) de escolas públicas municipais e estaduais de um uni-

verso de 147 (cento e quarenta e sete) municípios respondentes, 583 (quinhentos e oitenta e três) questionários. Seguem os principais dados:

- 7% (sete por cento) das escolas possui bibliotecas com profissional bibliotecária(o);
- 26% (vinte e seis por cento) das bibliotecas/salas de leitura funcionam integralmente;
- 7% (sete por cento) realizam atendimento ao público;
- 45% (quarenta e cinco por cento) dos livros foram adquiridos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD);
- 45% (quarenta e cinco por cento) dos livros são organizados manualmente;
- 22% (vinte e dois por cento) das bibliotecas/salas de leitura realizam empréstimo domiciliar;
- 1% (um por cento) são bibliotecárias(os) que são responsáveis pela biblioteca/sala de leitura.

Os dados obtidos no relatório, confirmam uma realidade que o CRB-8 já discutia empiricamente, na maioria das vezes, o funcionamento e adoção das salas de leituras, segue uma forma de “burlar a lei”, espaços

sendo administrados por profissionais de outras áreas, mostrando um espaço carente de estrutura e de apoio técnico de um profissional bibliotecário(a).

O relatório integral do “Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo” pode ser acessado pelo link <https://crb8.org.br/relatorios-tecnicos/>.



6.2 Levantamento das bibliotecas nas escolas públicas no Brasil

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) com base nos dados do Censo Escolar de 2022, realizou um levantamento para ter um panorama nacional da situação das bibliotecas escolares em escolas públicas, tendo como destaque o número exorbitante de 69% (sessenta e nove por cento) das escolas públicas brasileiras que não possuem biblioteca. No presente capítulo, mostraremos mais dados da análise referente ao Estado de São Paulo.

A seguir, apresentam-se os dados que retratam a situação das bibliotecas nas escolas públicas:

- Existência de biblioteca em escolas públicas:
 - **Com biblioteca:** 2.429 (duas mil, quatrocentos e vinte e nove) , representando 13% (treze por cento);
 - **Sem biblioteca:** 16.513 (dezesseis mil, quinhentos e treze), representando 87% (oitenta e sete por cento).
- Existência de bibliotecário em escolas públicas com biblioteca:
 - **Com bibliotecário:** 740 (setecentos e quarenta) representando 30% (trinta

por cento);

- **Sem bibliotecário:** 1.689 (um mil, seiscentos e oitenta e nove), representando 70% (setenta por cento).

- Alunos matriculados em escolas públicas, por estado, considerando a existência de biblioteca:
 - **Com biblioteca:** 1.180.242 (um milhão, cento e oitenta mil e duzentos e quarenta e dois), representando 16% (dezesseis por cento);
 - **Sem biblioteca:** 6.420.390 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil e trezentos e noventa) , representando 84% (oitenta e quatro por cento).
- Alunos matriculados em escolas públicas com biblioteca, por estado, frente à existência de bibliotecário:
 - **Com bibliotecário:** 427.801 (quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e um) , representando 36% (trinta e seis por cento);
 - **Sem bibliotecário:** 752.441 (setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um), representando 64% (sessenta e quatro por cento).

Por ser o estado mais desenvolvido economicamente da federação, São Paulo tem condições de mostrar números mais condizentes, porém está elencado na análise por estados, com o menor percentual de alunas(os) matriculadas(os) em es-

tabelecimentos com bibliotecas, apenas 16% (dezesseis por cento).

“Ao analisar o índice por Estados, é possível verificar que Acre (13%), São Paulo (16%), Maranhão (29%) e Distrito Federal (31%) são os que registram menor percentual de alunos matriculados em estabelecimentos com bibliotecas.” (ATRICON, 2023).

Nas palavras do senhor Cezar Miola, presidente da ATRICON, lembrou que escolas com bibliotecas em locais com aspecto socioeconômico baixo colaboram para melhor desempenho escolar de alunas e alunos.

“Segundo os autores do estudo, em contextos de grandes desigualdades, melhorias na infraestrutura escolar, tais como nos espaços de leitura, tendem a incidir de maneira mais significativa sobre os resultados escolares”.

O estudo realizado pela ATRICON fortalece a tese que as escolas com bibliotecas são um grande benefício para toda sociedade.

O resultado da pesquisa está disponível pelo link <https://11nq.com/atriconbibliotecasescolares>

6.3 Benefícios das bibliotecas escolares

Os dados das pesquisas trazem uma realidade ruim para sociedade, pois as bibliotecas escolares oferecem uma ampla gama de benefícios para alunas(os), professoras(res) e comunidades educativas em geral. Alguns desses benefícios incluem:

#SOU biblioteca ESCOLAR



- Promoção da leitura: as bibliotecas escolares incentivam o hábito da leitura, ajudando as(os) alunas(os) a desenvolver suas habilidades de compreensão de leitura, vocabulário e fluência;
- Apoio ao currículo: fornecem recursos e materiais que complementam o currículo escolar, auxiliando professoras(es) na preparação de aulas e projetos educacionais;
- Estímulo à pesquisa: as bibliotecas oferecem acesso a uma variedade de fontes de informação, como livros, periódicos, recursos digitais e bases de dados, que permitem as alunas(os) realizarem pesquisas e aprofundar seus conhecimentos sobre diversos temas;
- Desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico: ao utilizar os recursos da biblioteca para pesquisar, analisar e sintetizar informações, as alunas(os) desenvolvem habilidades de pensamento crítico e aprendem a avaliar a qualidade e a confiabilidade das fontes de informação;
- Fomento à criatividade e imaginação: a diversidade de livros e materiais disponíveis nas bibliotecas escolares estimula a imaginação e a criatividade dos alunos, inspirando-os a explorar novas ideias e perspectivas;
- Promoção da inclusão e diversidade: as bibliotecas escolares oferecem uma variedade de materiais que representam diferentes culturas, perspectivas e experiências, promovendo a inclusão e a diversidade dentro da comunidade escolar;
- Apoio ao desenvolvimento de habilidades de alfabetização digital: com o acesso a recursos digitais e tecnológicos, as bibliotecas escolares ajudam as alunas(os) a desenvolver habilidades de alfabetização digital, essenciais para o sucesso na sociedade contemporânea;
- Fomento ao pensamento independente: as bibliotecas proporcionam um ambiente tranquilo e acolhedor onde alunas(os) podem explorar interesses pessoais, desenvolver sua curiosidade intelectual e aprender de forma autônoma.

Em suma, as bibliotecas escolares desempenham um papel fundamental no apoio ao aprendizado, no desenvolvimento de habilidades essenciais e no enriquecimento da experiência educacional dos alunos.

Ressaltando que as bibliotecas escolares, como espaço vivo e dinâmico, dialogam totalmente com o projeto pedagógico da escola e a parceria entre bibliotecárias(os) e professoras(es), pode promover atividades essenciais na formação educacional da comunidade escolar.

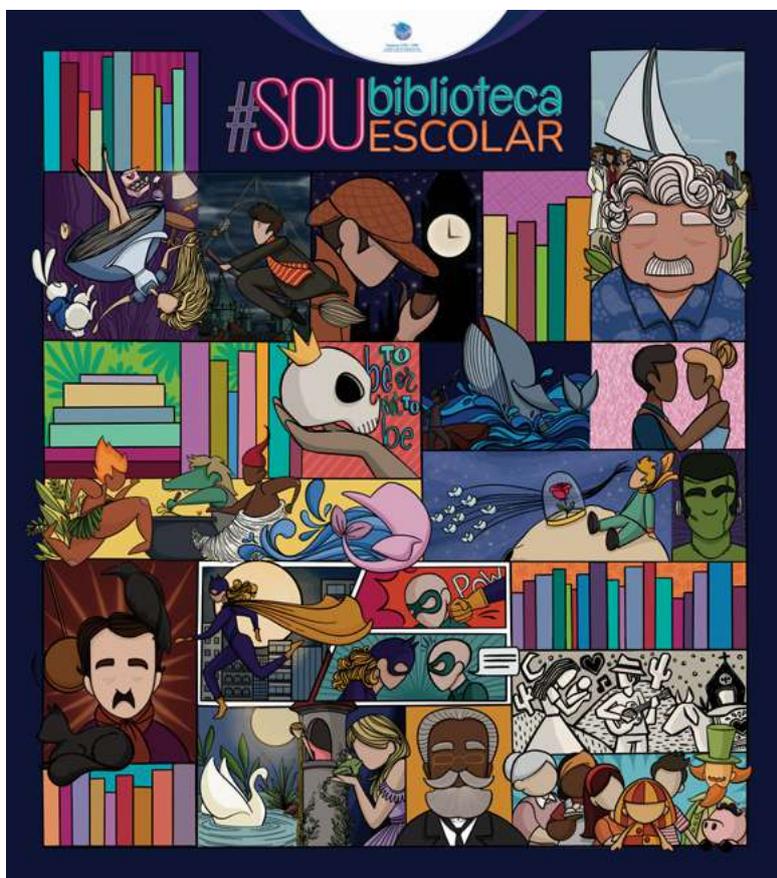
7. CARTILHA BIBLIOTECA ESCOLAR

Ana Cláudia Martins (CRB-8)

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), juntamente com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia 6ª e 14ª Região (CRB-6 e CRB-14), elaboraram uma cartilha denominada “A Biblioteca Escolar”.

A cartilha é didática e de fácil compreensão para que seja inteligível por qualquer pessoa, podendo ser diretoras(es) de escola, professoras(es), sociedade civil, prefeituras(os), deputadas(os) nas esferas estadual e federal, vereadoras(es), secretárias(os) de cultura e/ou de educação.

Tem como objetivo esclarecer para gestores escolares o papel e a importância e o funcionamento das bibliotecas escolares, tanto as públicas quanto as privadas. E informa que a profissão de bibliotecária(o) é regulamentada, ressaltando a necessidade de haver pelo menos uma pessoa bibliotecária em cada biblioteca. Traz também as principais leis e resoluções referentes ao espaço e ao profissional. A versão digital da cartilha está disponível no [Repositório Institucional](#) do CFB.



8. SAIU NA IMPRENSA

Houve significativa repercussão em várias mídias (jornais impressos, portais, rádio e TV) do I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã, dando visibilidade e destacando a importância das bibliotecas escolares e a Lei 12.244/10 e das(os) profissionais bibliotecárias(os) para uma sociedade. Destacamos algumas mídias:

- **EPTV filiada da TV Globo da região de Campinas:** entrevista sobre a Lei 12.244/10, a importância das bibliotecas escolares e o resultado da pesquisa realizada pelo CRB-8 sobre o Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado.
- **G1 região de Campinas:** entrevista sobre a Lei 12.244/10, a importância das bibliotecas escolares e o resultado da pesquisa realizada pelo CRB-8 sobre o Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado.
- **Brasil de Fato rádio e portal:** entrevista com a presidenta Ana Cláudia Martins onde foi abordado a digitalização da educação no Estado de São Paulo, a Lei 12.244/10 e o “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã”.
- **Luiz Nassif:** entrevista com a presidenta Ana Cláudia Martins onde foi abordado a digitalização da educação no Estado de São Paulo, a Lei 12.244/10 e o “I Fórum de Bibliotecas Escolares: construção de políticas públicas para formação cidadã”.
- **Câmara Municipal da Cidade de Piracicaba:** onde o Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo recebeu a Moção de Aplauso pela realização do Fórum.

A divulgação realizada pela mídia sobre a Lei 12.244/10, o Fórum e a importância das bibliotecas escolares e das(os) profissionais bibliotecárias(os) é de suma relevância para que a sociedade saiba que existe um direito que está sendo ignorado e/ou negado, e que esse direito faz parte da construção social, intelectual, cultural e da cidadania da população em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.084**, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>. Acesso em: 22 nov. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, abr./jun. 1967. p. 246-253. Disponível em: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/artigos/parque.htm>. Acesso em: 04 dez. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 87, jul./set. 1962. p. 21-33. Disponível em: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/artigos/uma.html>. Acesso em: 27 nov. 2



crb8sp



crb8sp



crb8sp



crb8sp



crb8sp



www.crb8.org.br



crb8@crb8.org.br



55 (11) 5082.1404



Rua Maracajú, 58
Vila Mariana | SP/SP

